

---

# **MINUTA DE EDITAL**

---

CONCESSÃO PATROCINADA PARA  
EXPLORAÇÃO DO CONTORNO  
METROPOLITANO NORTE DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO  
HORIZONTE

---

Consulta Pública SETOP  
Concorrência \_\_\_\_/2013

---

## SUMÁRIO

PREÂMBULO .....	3
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....	5
1. DEFINIÇÕES .....	5
2. DO OBJETO .....	9
3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO .....	9
4. DO VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO .....	9
5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	10
6. CREDENCIAMENTO .....	13
7. DA DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA .....	14
8. DA GARANTIA DE PROPOSTA .....	18
9. DA PROPOSTA ECONÔMICA .....	20
10. DO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA .....	20
11. DA HABILITAÇÃO .....	21
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO .....	26
12. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS E PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO .....	26
13. RECEBIMENTO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA .....	29
14. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS ECONÔMICAS .....	29
15. RECEBIMENTO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO .....	31
16. RECURSOS ADMINISTRATIVOS .....	32
17. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO .....	33
18. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO .....	34
19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL .....	34
CAPÍTULO III – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO .....	34
20. CONCESSIONÁRIA .....	34
21. DO CONTRATO .....	36
22. DO PRAZO DA CONCESSÃO PATROCINADA .....	36
23. DO VALOR CONTRATUAL .....	36
CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	37
24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	37
25. DOS ANEXOS AO EDITAL .....	38

## PREÂMBULO

A Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP torna público que fará realizar, por meio da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, na Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais Presidente Tancredo Neves, Prédio Minas, 7º andar, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, MG-010, s/nº, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte, Minas Gerais, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA do tipo menor valor de CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA a ser paga pela Administração Pública, para a concessão patrocinada da EXPLORAÇÃO DO CONTORNO METROPOLITANO NORTE, nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (doravante denominada “Lei de PPP”); da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (doravante denominada “Lei de Concessões”); da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995; da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (doravante denominada “Lei de Licitações”); da Lei Estadual nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003; da Lei Estadual nº 14.869, de 16 de dezembro de 2003; do Decreto Estadual nº 43.702, de 16 de dezembro de 2003; e das normas técnicas e instruções normativas pertinentes, em especial as Especificações Gerais para Obras Rodoviárias do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, aprovadas em 06 de novembro de 1997, e em vigor no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

O objeto deste EDITAL foi incluído no Plano Estadual de Parcerias Público Privadas, por meio do Decreto Estadual nº 46.001, de 04 de julho de 2012, conforme Deliberação nº02/2013 do Conselho gestor de Parcerias Público Privadas do Estado de Minas Gerais, publicada em 1º de abril de 2013.

A Licitação foi precedida de audiência pública, nos termos do artigo 39 da Lei de Licitações, devidamente divulgada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais de [●], e realizada no dia [●].

A Licitação foi precedida também de consulta pública, nos termos do artigo 10, VI, da Lei de PPP, no período de [●] a [●].

O julgamento das propostas será precedido de etapa de qualificação das propostas técnicas das LICITANTES, nos termos do artigo 12, inciso I, da Lei de PPP, desclassificando-se as licitantes que não alcançarem a pontuação mínima estabelecida neste EDITAL. A LICITAÇÃO será processada com inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, conforme disposto no artigo 13 da Lei de PPP, e as regras estabelecidas neste EDITAL.

As referências às normas aplicáveis no Brasil e às aplicáveis especialmente a este EDITAL deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as substituam ou modifiquem.

O EDITAL da presente CONCESSÃO, seus Anexos, bem como todas as informações, estudos e projetos disponíveis sobre o CONTORNO METROPOLITANO NORTE estarão disponíveis no período de [●] a [●], de 2013, nos sítios eletrônicos [<http://www.transportes.mg.gov.br>] e [<http://www.ppp.mg.gov.br>], incidindo sobre a disponibilização destas informações e estudos as regras previstas neste EDITAL. O interessado deverá entregar, no mesmo endereço e na forma estabelecida neste EDITAL, os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, a PROPOSTA ECONÔMICA e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: [●] horas do dia [●].

DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO: [●] horas do dia [●].

## CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### 1. DEFINIÇÕES

**1.1.** Neste EDITAL e seus Anexos são adotadas as siglas, termos e expressões cujos significados encontram-se a seguir apontados, sem prejuízo de outros inseridos neste EDITAL ou em seus Anexos ou, ainda, na legislação aplicável.

**1.1.1.** As siglas, termos e expressões listados no singular incluem o plural e vice-versa:

**(i) ADJUDICATÁRIA:** significa a empresa ou o CONSÓRCIO de empresas declarado vencedor da LICITAÇÃO pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, por apresentar o menor valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, a quem for adjudicado o objeto do certame;

**(ii) APORTE PÚBLICO:** significa o aporte de recursos públicos, a ser realizado pelo PODER CONCEDENTE em favor da CONCESSIONÁRIA, nos termos do disposto no artigo 6º, parágrafo 2º da Lei de PPP, no valor total de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), para a construção e aquisição de bens reversíveis, a ser desembolsado de acordo com os marcos estabelecidos no ANEXO V - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO

**(iii) COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO:** significa a comissão instituída por ato do Poder Executivo Estadual, responsável por receber e examinar todos os documentos apresentados no âmbito desta LICITAÇÃO, conduzir os procedimentos descritos neste Instrumento, processar e julgar a LICITAÇÃO, nos termos deste EDITAL;

**(iv) CONCESSÃO PATROCINADA:** significa a celebração de contrato de Parceria Público Privada, na modalidade de concessão patrocinada, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º da Lei de PPP, para a EXPLORAÇÃO do CONTOURNO METROPOLITANO NORTE durante o prazo estabelecido neste EDITAL e na forma estabelecida no CONTRATO;

**(v) CONCESSIONÁRIA:** significa a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO a ser obrigatoriamente constituída pela ADJUDICATÁRIA, à qual será outorgado o objeto do CONTRATO;

**(vi) CONSÓRCIO:** significa o grupo constituído por duas ou mais pessoas jurídicas, sob o mesmo controle ou não, para participar como LICITANTE da LICITAÇÃO, as quais respondem solidariamente pelo cumprimento das obrigações decorrentes da LICITAÇÃO e, como condição de participação, vinculam-se pelo TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SPE, nos termos do Item 5.6.5 deste EDITAL e demais termos dispostos nos artigos 278 e 279 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

**(vii) CONTORNO METROPOLITANO NORTE:** significa o modal rodoviário a ser implantado (*greenfield*), atualmente consubstanciado no projeto do Contorno Metropolitano Rodoviário da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Trecho Norte, inserido no contexto de um plano macro de desenvolvimento e urbanização da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que consistirá em uma via de ligação entre as rodovias BR-381 Sul com a BR-381 Norte, gerando intersecções com as rodovias BR-381 Sul, LMG-808, BR-040, LMG-806, MG-424, MG-010, MG-020 e BR-381 Norte, e cujo traçado passará pelos municípios de Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Contagem e Betim, para complementação e modernização do sistema de tráfego da região, o qual tem como principal objetivo retirar o tráfego de passagem de Belo Horizonte e do atual anel rodoviário, de acordo com o definido neste EDITAL e no CONTRATO;

**(viii) CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA:** significa a remuneração mensal a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, a partir do mês subsequente ao primeiro mês de calendário completo do início da OPERAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, conforme os critérios contidos no ANEXO V - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO, e que complementa a RECEITA TARIFÁRIA;

**(ix) CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA:** significa a soma do APORTE PÚBLICO e da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, considerando-se (i) os descontos referentes ao índice de desempenho, (ii) o compartilhamento do risco de variação do volume de tráfego (demanda) e (iii) o percentual referente às RECEITAS ACESSÓRIAS, conforme fórmula estabelecida no Anexo V - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO.

**(x) CONTRATO:** significa o CONTRATO de CONCESSÃO PATROCINADA a ser celebrado com a CONCESSIONÁRIA, nos termos da minuta constante do Anexo II deste EDITAL;

**(xi) DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:** significa o conjunto de documentos arrolados nos termos estabelecidos no Tópico 11. deste EDITAL, que comporão o Envelope 03 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO a ser obrigatoriamente protocolado pelas LICITANTES junto à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, destinado a comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, além de declarações adicionais;

**(xii) EDITAL:** significa o presente instrumento de edital e os seus Anexos, que contêm o conjunto de instruções e regras que orientam o processo da LICITAÇÃO da CONCESSÃO PATROCINADA, consubstanciado na Concorrência nº [●];

**(xiii) ENVELOPES:** significa o Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, o Envelope 02-PROPOSTA ECONÔMICA e o Envelope 03-DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, nos quais a PROPOSTA deverá ser entregue, conforme Tópico 12 e demais termos deste EDITAL;

**(xiv) EXPLORAÇÃO:** significa, com relação ao CONTORNO METROPOLITANO NORTE, a sua implantação, pavimentação, operação, manutenção, conservação e melhoramentos, nos termos e condições previstos no presente EDITAL;

(xv) **GARANTIA DE PROPOSTA:** significa a garantia apresentada pela LICITANTE como condição para a sua participação na LICITAÇÃO, no Envelope 01, juntamente com a DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, visando assegurar a validade e a manutenção das condições da PROPOSTA ECONÔMICA da LICITANTE, nos moldes previstos neste EDITAL;

(xvi) **LICITAÇÃO:** significa a Concorrência nº [●], nos termos deste EDITAL;

(xvii) **LICITANTE:** significa cada proponente, individualmente ou em CONSÓRCIO, que participar desta LICITAÇÃO, mediante a apresentação de PROPOSTA;

(xviii) **OBRAS DE IMPLANTAÇÃO:** significa as obras e instalações que deverão ser executadas pela CONCESSIONÁRIA para fins de implantação do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, conforme previsto no Anexo III – PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA – PER deste EDITAL;

(xix) **PARTES:** significa as partes signatárias do CONTRATO;

(xx) **PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO:** significa o patrimônio líquido mínimo que a LICITANTE deverá possuir, a ser comprovado, junto à DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, mediante a apresentação do balanço patrimonial da LICITANTE, o qual deverá ser auditado por auditor independente e acompanhado do respectivo demonstrativo de resultados referentes ao último exercício social, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

(xxi) **PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA:** significa o plano a ser elaborado pela LICITANTE, a ser entregue junto com a PROPOSTA ECONÔMICA, nos termos do Anexo IV – DIRETRIZES DO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA deste EDITAL, devendo conter todas as premissas, variáveis e outras informações referentes à modelagem econômico-financeira que pautaram a PROPOSTA ECONÔMICA da LICITANTE com todos os elementos operacionais e financeiros relativos à execução do CONTRATO, assim como uma descrição das ações pretendidas pela LICITANTE, visando à EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE pelo prazo integral da CONCESSÃO PATROCINADA;

(xxii) **PODER CONCEDENTE:** significa o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP;

(xxiii) **PROPOSTA:** significa o conjunto de documentação e informações apresentadas por cada LICITANTE à COMISSÃO DE LICITAÇÃO nos termos deste EDITAL, segregada e organizada nos ENVELOPES;

(xxiv) **PROPOSTA ECONÔMICA:** significa valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA mensal proposta pela LICITANTE para execução do CONTRATO e demais documentos relacionados, conforme exigido no Tópico 9 deste EDITAL;

(xxv) **RECEITAS ACESSÓRIAS:** significa a parcela de remuneração da CONCESSIONÁRIA correspondente à arrecadação, nos termos do Anexo V – POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO deste EDITAL, de quaisquer receitas alternativas, complementares, acessórias ou

suplementares às TARIFAS DE PEDÁGIO, decorrentes da exploração do CONTORNO METROPOLITANO NORTE ou de projetos associados à CONCESSÃO PATROCINADA, com exceção das RECEITAS FINANCEIRAS;

**(xxvi) RECEITAS FINANCEIRAS:** significam os juros, descontos recebidos, receitas de títulos vinculados ao mercado aberto, receitas sobre outros investimentos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, bem como as atualizações monetárias pré-fixadas, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual;

**(xxvii) SERVIÇOS:** significa (i) a execução e gestão da EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE; (ii) o apoio, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva do PODER CONCEDENTE, na execução dos SERVIÇOS NÃO DELEGADOS; e (iii) a gestão e/ou prestação, conforme for o caso, dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, na forma definida no Anexo III – PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA – PER deste EDITAL;

**(xxviii) SERVIÇOS COMPLEMENTARES:** significa os serviços considerados convenientes, mas não essenciais, a serem prestados no CONTORNO METROPOLITANO NORTE, a critério da CONCESSIONÁRIA, (i) por terceiros previamente autorizados, por escrito, pela CONCESSIONÁRIA ou (ii) diretamente pela própria CONCESSIONÁRIA, conforme especificados no Anexo III – PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA – PER;

**(xxix) SERVIÇOS NÃO DELEGADOS:** significa os serviços de competência exclusiva da Administração Pública, cuja execução não está compreendida no objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, conforme especificados no Anexo III – PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA – PER;

**(xxx) SETOP:** significa a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, que celebrará o CONTRATO com a CONCESSIONÁRIA;

**(xxxi) SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO ou SPE:** significa a sociedade anônima a ser constituída pela ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO, com a finalidade exclusiva de explorar o objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, como condição precedente à celebração do CONTRATO;

**(xxxii) TARIFAS DE PEDÁGIO:** significam os preços a serem pagos pelos USUÁRIOS em decorrência da utilização do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, segundo as premissas constantes do Anexo IV – DIRETRIZES DO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA deste EDITAL, calculados de acordo com os critérios contidos no Anexo V – POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO com base na TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO;

**(xxxiii) TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SPE:** significa o documento pelo qual a LICITANTE, individual ou em CONSÓRCIO, compromete-se a constituir a CONCESSIONÁRIA, caso seja ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO, conforme Item 5.6.5 deste EDITAL;



**(xxxiv) USUÁRIO:** significa toda pessoa, proprietário, condutor e/ou passageiro, que trafegar por meio de VEÍCULO no CONTORNO NORTE METROPOLITANO;

**(xxxv) VEÍCULO:** significa todo meio de transporte movido a tração motora, elétrica, de reboque ou de semi-reboque, que se destine ao transporte de passageiros, de carga ou de ambos, ou para a tração de mercadorias e/ou objetos, conforme definido no Código de Trânsito Brasileiro;

**1.1.2.** No caso de divergência entre o Edital e os Anexos, prevalecerá o disposto no Edital.

**1.1.3.** Os Anexos deste EDITAL, listados no Tópico 25 integram e vinculam o EDITAL para todos os efeitos legais e contratuais.

## **2. DO OBJETO**

**2.1.** Esta LICITAÇÃO tem como objeto a contratação da CONCESSÃO PATROCINADA consoante a Lei de PPP, para a EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE que se dará mediante a realização das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO e a prestação dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA.

**2.2.** A execução das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO e a prestação dos SERVIÇOS no CONTORNO METROPOLITANO NORTE deverão obedecer ao disposto na legislação vigente, nas normas complementares, nos padrões e nos procedimentos dispostos no presente EDITAL e seus Anexos, em especial, mas não se limitando, às características e especificações técnicas indicadas no Anexo III - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA, bem como ao conteúdo da PROPOSTA da ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO.

**2.3.** A CONCESSÃO PATROCINADA pressupõe a prestação de serviço adequado, considerando-se como tal aquele que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, equidade, modicidade da tarifa e continuidade, nos termos da legislação.

**2.4.** Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, as investigações, os levantamentos e os estudos, e desenvolver os estudos de engenharia necessários para atender às condições mínimas para a apresentação da PROPOSTA, de acordo com os requisitos deste EDITAL e seus Anexos.

## **3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**3.1.** A LICITAÇÃO será do tipo menor valor mensal da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, conforme previsto no artigo 12, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal de PPP.

## **4. DO VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO**

**4.1.** O valor estimado pela SETOP para efeito desta LICITAÇÃO está orçado em R\$ 15.230.906.460,00 (quinze bilhões, duzentos e trinta milhões, novecentos e seis mil, quatrocentos e sessenta reais), considerando-se como data base o mês de maio de 2013, correspondente ao somatório do valor do APORTE PÚBLICO aos valores das projeções de receitas provenientes das TARIFAS DE PEDÁGIO e da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA.

## **5.DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**5.1.** Poderão participar desta LICITAÇÃO empresas legalmente constituídas, nacionais ou estrangeiras, individualmente ou reunidas em CONSÓRCIO, que satisfaçam plenamente todas as disposições deste EDITAL e da legislação em vigor.

**5.1.1.** As PROPONENTES estrangeiras deverão possuir representação no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente pelos seus atos e que atenderem aos requisitos deste EDITAL.

**5.2.** Para os fins do disposto no Item 5.1, as Entidades de Previdência Complementar e Fundos de Investimentos em Participações – FIP só poderão participar desta LICITAÇÃO quando reunidas em CONSÓRCIO com entidades cuja natureza jurídica seja diversa de sua própria.

**5.3.** Não será admitida a participação nesta LICITAÇÃO de empresas, individualmente ou em CONSÓRCIO, cuja falência, recuperação judicial ou extrajudicial tenham sido decretadas, requeridas ou homologadas por sentença judicial.

**5.4.** Estão igualmente proibidas de participar desta LICITAÇÃO as empresas, individualmente ou em CONSÓRCIO:

- (a) que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública direta ou indireta, nos níveis federal, estadual e municipal ou, ainda, que estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, nos níveis federal, estadual e municipal;
- (b) que tenham sido punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos dos incisos III e IV do art. 87 da Lei de Licitações, e do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012;
- (c) aquelas que se encontram interditadas por crimes ambientais nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 9.605/98;
- (d) que tiverem incorrido na pena de interdição de direitos por crime ambiental previsto no art. 10 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
- (e) que estejam sob intervenção da Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social;
- (f) cujos dirigentes, gerentes, sócios ou controladores, responsáveis técnicos ou legais sejam ou já tenham sido, a partir de 02 (dois) anos consecutivos anteriores à data da publicação deste EDITAL, servidores ou dirigentes ligados à Administração, direta ou indireta, do Estado de Minas Gerais, ou qualquer de seus órgãos ou entidades vinculadas; e,

**(g)** que se enquadrem nas restrições previstas no art. 9º da Lei de Licitações.

**5.5.** Somente será permitida a participação de sociedades coligadas, controladas, controladoras ou sob o mesmo controle se todas figurarem como membros de um mesmo CONSÓRCIO, não sendo, portanto, permitida a participação de membro consorciado, suas coligadas, controladas, controladora ou sob controle comum, em mais de um CONSÓRCIO ou, individualmente, em mais de uma PROPOSTA.

**5.6. CONSÓRCIO.** A participação em regime de CONSÓRCIO deverá atender às disposições do artigo 33 da Lei de Licitações, e àquelas estabelecidas neste EDITAL, sem prejuízo da obrigação de constituição da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO para fins de celebração do CONTRATO, observando-se os pré-requisitos a seguir:

**5.6.1.** Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira, além das declarações adicionais individuais previstas neste EDITAL.

**5.6.2.** No caso de consórcio integrado por empresa estrangeira, a empresa-líder deste consórcio deverá ser obrigatoriamente uma empresa nacional

**5.6.2.1.** No que se refere às exigências para a GARANTIA DE PROPOSTA, na forma do Tópico 8 deste EDITAL, COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL e comprovação de PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, poderão ser atendidas em conjunto pelo CONSÓRCIO

**5.6.3.** Os consorciados poderão somar seus quantitativos técnicos para o fim de atenderem às exigências deste EDITAL relativamente à qualificação técnica, observados os limites especificados nos Tópico 7 deste EDITAL.

**5.6.4.** A desclassificação de qualquer consorciada acarretará a automática desclassificação do CONSÓRCIO.

**5.6.5.** O CONSÓRCIO deverá apresentar, no momento do credenciamento referido no Tópico 6, TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SPE, devidamente celebrado por instrumento público ou particular, contendo, no mínimo:

**5.6.5.1.** Denominação, regras de governança e objetivo do CONSÓRCIO;

**5.6.5.2.** Qualificação das empresas consorciadas;

**5.6.5.3.** Composição do CONSÓRCIO com as respectivas participações das empresas consorciadas no CONSÓRCIO e no capital social da futura SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO;

**5.6.5.4.** Indicação da empresa líder, responsável pela realização dos atos que cumpram ao CONSÓRCIO durante a LICITAÇÃO até a assinatura do CONTRATO;

- 5.6.5.5.** Procuração outorgando à empresa líder poderes expressos, irretratáveis e irrevogáveis para indicar representantes credenciados, concordar com condições, transigir, compromissar-se, assinar quaisquer papéis, documentos e instrumentos de contratação relacionados ao objeto da LICITAÇÃO;
- 5.6.5.6.** Declaração expressa de todos os participantes do CONSÓRCIO de responsabilidade solidária entre eles, nos termos da Lei de Licitações, referente aos atos relacionados à LICITAÇÃO e às obrigações assumidas nas propostas, fazendo constar que referida responsabilidade solidária cessará (i) no caso de o CONSÓRCIO ter sido vencedor, após a assinatura do CONTRATO, e (ii) no caso de o CONSÓRCIO não ter sido vencedor, em 30 (trinta) dias contados da data da homologação da LICITAÇÃO;
- 5.6.5.7.** Obrigação quanto à futura constituição da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, sob a forma de sociedade anônima, com a referência à participação de cada empresa consorciada no respectivo capital social e o compromisso de que não poderá o CONSÓRCIO ter a sua composição ou constituição alterada, ou sob qualquer forma modificada, bem como que a CONCESSIONÁRIA não aceitará a alterações na titularidade das ações vinculadas ao controle acionário sem a anuência prévia do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO;
- 5.6.5.8.** Minuta da ata de assembleia de constituição da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO e respectivo estatuto social.
- 5.6.5.9.** Declaração de que o PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO do CONSÓRCIO será 30% (trinta por cento) superior ao valor exigido da LICITANTE individual nos termos deste EDITAL e será composto pela soma dos patrimônios líquidos de cada consorciado, considerados de forma proporcional à sua respectiva participação na constituição do CONSÓRCIO, consoante a fórmula abaixo:

$$PLCCons = PLC \times PartC$$

em que:

**PLCCons** = Patrimônio líquido do consorciado, considerado na soma do patrimônio líquido do CONSÓRCIO;

**PLC** = Patrimônio líquido do consorciado;

**PartC** = Participação do consorciado no CONSÓRCIO.

- 5.7.** Considera-se o patrimônio líquido, em relação a Fundações e Fundos, para os fins do Item precedente, como sendo equiparado ao capital.
- 5.8.** Os Fundos de Investimento em Participações – FIP deverão fornecer, juntamente com a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, a relação de seus cotistas e apresentar cópia autenticada de registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

dos Fundos de Investimento em Participações – FIP que não possa ser apresentada em nome próprio deverá ser apresentada pelo administrador do Fundo de Investimento em Participações – FIP.

**5.9.** A LICITANTE individual deverá apresentar TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO por ela subscrito, dispensando-se, para tanto, as exigências deste EDITAL aplicáveis à constituição de CONSÓRCIO.

**5.10.** As empresas estrangeiras deverão:

**5.10.1.** Apresentar decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**5.10.2.** Obedecer às disposições da Resolução nº 444 de 14 de abril de 2000 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

**5.10.3.** apresentar declaração expressa de que se submete à legislação brasileira e que renuncia a qualquer reclamação por via diplomática, conforme modelo integrante do ANEXO I - MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES, do EDITAL;

**5.10.4.** atender à exigência dos itens de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

## **6. CREDENCIAMENTO**

**6.1.** Dos interessados em participar das sessões públicas relativas à LICITAÇÃO representando as LICITANTES, será exigido o seu credenciamento, mediante a apresentação da Carta de Credenciamento, de acordo com modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL, devidamente assinada, acompanhada dos documentos que comprovem os poderes do signatário da Carta de Credenciamento.

**6.2.** As Cartas de Credenciamento deverão ser exibidas à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, pelos portadores, antes do início dos trabalhos de abertura dos ENVELOPES, ficando retidas e juntadas aos autos. A Carta de Credenciamento poderá, a critério da LICITANTE, ser substituída por procuração pública outorgando poderes para que um procurador represente a LICITANTE na entrega dos ENVELOPES, contendo a documentação exigida neste EDITAL, bem como acompanhe todo o processo licitatório, contendo disposição expressa no sentido de que o procurador poderá receber e dar informações, apresentar questionamentos, manifestar-se nas sessões, receber notificações e intimações, apresentar ou desistir da interposição de recursos, assinar atas e termos, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom desempenho de suas funções. A procuração pública também deve estar acompanhada dos documentos que comprovem os poderes do signatário para outorgar o mandato.

- 6.3.** Caso o credenciado seja titular, sócio ou diretor da LICITANTE, deverá apresentar documento que comprove seus poderes para representá-la.
- 6.4.** A não apresentação ou incorreção do documento do credenciado ou representante legal não inabilitará ou desclassificará a LICITANTE, mas impedirá o potencial credenciado ou representante legal de se manifestar ou responder pela LICITANTE, nas respectivas sessões, cabendo tão somente ao não credenciado o acompanhamento do desenvolvimento dos procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos, conforme dispõe o artigo 4º da Lei de Licitações.
- 6.5.** Para o bom andamento dos trabalhos, cada LICITANTE, inclusive no caso de CONSÓRCIO, deverá indicar, no máximo, 02 (dois) representantes credenciados, que serão os únicos com poderes para se manifestar durante o processo de LICITAÇÃO.
- 6.6.** Todas as manifestações cabíveis deverão ser feitas por escrito, sendo anexadas aos autos, vedada a réplica ou a tréplica oral durante as sessões, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas na Lei de Licitações.

## **7.DA DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 7.1.** Nos termos do que autoriza o artigo 12, inciso I da Lei de PPP, esta LICITAÇÃO será precedida de uma etapa de qualificação da proposta técnica das LICITANTES, com base na DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, a ser entregue pela LICITANTE nos termos do Item 12, que será constituída dos documentos informados nos Itens seguintes deste Item 7.
- 7.1.1.** Somente as LICITANTES que cumprirem os critérios qualificação técnica deste EDITAL terão suas PROPOSTAS ECONÔMICAS analisadas.
- 7.2.** Inscrição no CREA. A LICITANTE deverá apresentar certidão de registro ou inscrição da empresa e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.
- 7.3.** Qualificação Técnico-operacional. A LICITANTE deverá comprovar sua aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características e quantidades, com o objeto da LICITAÇÃO, através da apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional da LICITANTE, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região correspondente, que comprovem que a LICITANTE tenha executado, para órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, ou do Distrito Federal, ou, ainda, para empresas privadas, obras e/ou serviços compatíveis, em características e quantidades, com o objeto da presente LICITAÇÃO, conforme segue:

- a. Quanto à implantação: atestado de implantação de rodovia em pista dupla classe “0”, envolvendo: a terraplenagem; pavimentação em CBUQ e/ou pavimento rígido de concreto; base e/ou sub-base de brita graduada simples e tratada com cimento; obras de arte especiais de túnel com seção maior que ou igual a 120m<sup>2</sup> (cento e vinte metros quadrados).
- b. Quanto à operação, manutenção e conservação: atestado de operação, manutenção e conservação de uma mesma rodovia que contabilize um volume diário médio anual de tráfego (VDMA) de cobrança automática de pedágio de, no mínimo, 25.000 (vinte e cinco mil) veículos.

**7.3.1.** Construção e/ou duplicação de trecho rodoviário de classe 0 (“Via Expressa”), na extensão mínima de 30 (trinta) quilômetros. Não será aceito o somatório de projetos para comprovação de extensão. Considera-se “Via Expressa”, para esta finalidade, o trecho rodoviário que, segundo definição do DNIT, possui controle total de acessos, cuja função preponderante da rodovia for a de atender à demanda do tráfego de passagem pela região atravessada, em detrimento do atendimento ao tráfego local e às propriedades lindeiras.

**7.4.** Qualificação Técnico-profissional. Será exigida a comprovação de que a LICITANTE possui em seu quadro permanente, na data da apresentação da DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, profissionais de nível superior detentores de atestado(s) e/ou certidão(ões) de responsabilidade técnica devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região onde os serviços forem executados, acompanhados de declarações de aceitação em participar da CONCESSÃO PATROCINADA, conforme modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL, e das respectivas certidões de acervo técnico expedidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprovem ter o(s) profissional(ais) executado, para órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, ou do Distrito Federal, ou ainda para empresas privadas, obras/serviços compatíveis, em características e qualidade, às do objeto da presente LICITAÇÃO, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valores significativos são as abaixo indicadas, não se admitindo, para esse fins, atestados de fiscalização ou de supervisão de obras ou serviços:

- a. Quanto à implantação: atestado de implantação de rodovia em pista dupla, classe “0”, envolvendo: a terraplenagem; pavimentação em CBUQ e pavimento rígido de concreto; base e/ou sub-base de brita graduada simples e tratada com cimento; obras de arte especiais em concreto armado/protendido; obras de contenção; e construção de túnel com seção maior ou igual a 120 m<sup>2</sup> (cento e vinte metros quadrados).
- b. Operação, manutenção e conservação de rodovia.

**7.5.** A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

(a)	Nome do contratado e do contratante;
(b)	Número do contrato;
(c)	Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
(d)	Localização da obra (rodovia, trecho, subtrecho, extensão etc);
(e)	Serviços executados;
(f)	Local e data da expedição do documento.

**7.6.** Em caso de CONSÓRCIO, a qualificação técnico-operacional e a qualificação técnico-profissional poderão ser comprovadas por qualquer uma de suas empresas integrantes.

**7.7.** A comprovação de vínculo empregatício do(s) profissional(is) se dará mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, ficha de Registro de Empregados do Ministério do Trabalho, contrato de prestação de serviços, com a empresa licitante, ou contrato preliminar de trabalho (com firma reconhecida do profissional) que será principal, caso o LICITANTE seja declarado vencedora do certame, ou pela Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA onde conste o profissional como responsável técnico da empresa.

**7.8.** No caso de o responsável técnico ser sócio ou dirigente da LICITANTE ou de qualquer das empresas integrantes do CONSÓRCIO LICITANTE, a comprovação de seu vínculo deverá ser feita através da apresentação de cópia da ata ou estatuto/contrato social, conforme o caso, devidamente registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas competente, que comprove a investidura de tal dirigente.

**7.9.** Para efeitos da comprovação de qualificação técnica, as Entidades de Previdência Complementar e os Fundos de Investimentos em Participações – FIP poderão apresentar Declaração de Vinculação Técnica, conforme modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL, assinado por empresa detentora da capacidade técnica, vinculando-se à LICITANTE por (i) contrato de construção ou (ii) por carta ou contrato de intenção indicando que, em caso de êxito da LICITANTE na LICITAÇÃO, a empresa assumirá a obrigação de participar da CONCESSÃO na fase de OBRAS DE IMPLANTAÇÃO e/ou execução dos SERVIÇOS.

**7.10.** No caso da hipótese prevista acima, as Entidades de Previdência Complementar e os Fundos de Investimentos em Participações – FIP poderão comprovar a qualificação técnica através de documentos/atestados emitidos em nome da empresa a ela vinculada por meio da Declaração de Vinculação Técnica ou de seus empregados.

**7.10.1.** Além das exigências indicadas nas cláusulas acima, a LICITANTE individual ou, no caso de CONSÓRCIO, pelo menos 01 (uma) das empresas consorciadas, deverá comprovar ter captado



recursos no mercado financeiro, no valor mínimo de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), destinados à implantação de projetos de infraestrutura do qual participe ou tenha participado

**7.10.2.** Para fins do cômputo dos valores indicados na cláusula anterior, poderão ser considerados um ou mais financiamentos, desde que destinados ao cumprimento de obrigações financeiras em um mesmo projeto.

**7.10.3.** Também se admitirá, para efeito da exigência prevista na cláusula 7.10.1, a captação realizada por empresas controladas, controladoras ou sob controle comum, de forma direta ou indireta, da LICITANTE, individualmente ou em CONSÓRCIO.

**7.10.4.** A comprovação exigida nesta cláusula dar-se-á por meio da apresentação de atestados e/ou certidões e/ou declarações fornecidas pela instituição financeira responsável pela concessão do financiamento, mencionando-se as partes, o objeto do contrato e os valores envolvidos.

**7.10.5.** Somente serão aceitos atestados, certidões ou declarações em que a LICITANTE individual ou membro de CONSÓRCIO (ou empresa controlada, controladora ou sob controle comum, de forma direta ou indireta, da LICITANTE individual ou do membro de CONSÓRCIO) figure, alternativamente:

**7.10.5.1.** como a responsável direta pelo investimento e execução do projeto relacionado;  
ou

**7.10.5.2.** como membro de CONSÓRCIO responsável pelo investimento e execução direta do projeto, hipótese em que a participação da empresa terá de representar ou ter representado, no mínimo, 30% (trinta por cento) do CONSÓRCIO; ou

**7.10.5.3.** como acionista de Sociedade de Propósito Específico responsável pelo investimento e execução do projeto.

**7.10.6.** A LICITANTE individual, ou, no caso de CONSÓRCIO, a empresa líder, também deverá apresentar, conforme modelo constante do Anexo I - MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL, carta de instituição financeira com reconhecida experiência em estruturas de operações para captação de recursos a curto e longo prazo, assumindo o compromisso de estruturar a captação do empréstimo ponte necessário ao financiamento dos investimentos feitos pela CONCESSIONÁRIA no primeiro ano da CONCESSÃO PATROCINADA

**7.10.7.** Também deverá constar da carta indicada na cláusula anterior, o compromisso da instituição financeira de estruturar a captação de recursos de longo prazo para o financiamento dos investimentos a serem feitos pela CONCESSIONÁRIA nos demais anos da CONCESSÃO PATROCINADA, reconhecendo a viabilidade dos financiamentos pertinentes.

## **8. DA GARANTIA DE PROPOSTA**

**8.1. Entrega e Modalidade.** Na data designada para a sessão de entrega dos envelopes, cada LICITANTE deverá entregar, no Envelope 01, juntamente com a DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, e de acordo com os modelos de carta propostos pelo Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL, a GARANTIA DE PROPOSTA, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da LICITAÇÃO, mediante uma das seguintes modalidades abaixo, e observadas as respectivas condições:

- (a) Caução em dinheiro, na moeda corrente do país, através de depósito em conta corrente indicada pela SETOP, nos termos do modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL;
- (b) Caução em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, nos termos do modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL;
- (c) Fiança bancária (“letter of credit”), nos termos do modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL, executável à primeira demanda, emitida por instituição financeira de primeira linha autorizada a funcionar no Brasil, que, para efeitos de validade da fiança, deverá conter cláusula específica de renúncia, pelo fiador, aos benefícios de ordem e favores de que tratam os artigos 366, 827, 835, 837 e 838 do Código Civil, e que obrigue o fiador de forma solidária com a LICITANTE pelo pagamento do valor indicado no “caput” deste Item 8.1, incluindo, sem limitação, multas, juros, atualização monetária e demais encargos moratórios; ou
- (d) Seguro-garantia (“bid bond”), emitido conforme Circular SUSEP nº. 232, de 03 de junho de 2003, e demais normas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, contratado junto a seguradora de primeira linha autorizada a funcionar no Brasil, nos termos do modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL.

**8.1.1.** A GARANTIA DE PROPOSTA, nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, observarão o seguinte:

- (a) terão o seu valor expresso em Reais (R\$) e deverá ser apresentada em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer espécie, admitida a apresentação de seguro-garantia na forma digital, nos termos e condições admitidos pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; e
- (b) serão contratadas, respectivamente, com seguradoras e resseguradoras e com instituições financeiras de primeira linha autorizadas a operar no Brasil pela SUSEP.

**8.1.2.** Em caso de CONSÓRCIO, será admitida a apresentação, pela empresa líder, de garantia única no valor total indicado no Item 8.1 ou a apresentação, pelas empresas consorciadas, de garantias cujo somatório seja equivalente ao valor total estabelecido no mencionado Item.

**8.2. Validade.** A GARANTIA DE PROPOSTA terá prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, renováveis apenas uma vez por igual período, contados da data indicada neste EDITAL para a entrega dos ENVELOPES.

**8.2.1.** Caso, na data de vencimento do prazo de validade da GARANTIA DE PROPOSTA, o CONTRATO ainda não tiver sido assinado, a manutenção da PROPOSTA ECONÔMICA estará condicionada à renovação, pela LICITANTE, da GARANTIA DE PROPOSTA apresentada.

**8.3. Análise.** A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará a regularidade e a efetividade das GARANTIAS DE PROPOSTA DAS LICITANTES, podendo se valer de órgãos ou entidades da Administração Pública para assessorá-la na realização de tal análise.

**8.3.1.** As LICITANTES que tiverem suas GARANTIAS DE PROPOSTA rejeitadas, após a análise prevista no Item 8.3, serão desclassificadas e estarão impedidas de participar das demais fases da LICITAÇÃO.

**8.4. Execução.** A GARANTIA DE PROPOSTA poderá ser executada em qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) caso a ADJUDICATÁRIA não mantenha os termos e condições de sua PROPOSTA ECONÔMICA apresentada à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO; ou
- (b) caso o CONTRATO não seja assinado no prazo estabelecido neste EDITAL por razões imputáveis à ADJUDICATÁRIA.

**8.5. Devolução.** A GARANTIA DE PROPOSTA será devolvida:

- (a) à LICITANTE que tiver sua GARANTIA DE PROPOSTA rejeitada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em até 05 (cinco) dias úteis contados da divulgação da correspondente decisão;
- (b) LICITANTE que não for classificada por não atender às condições de qualificação técnica previstas neste EDITAL, em até 05 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado definitivo da fase de qualificação técnica; ou
- (c) À LICITANTE ADJUDICATÁRIA do objeto do certame, em até 05 (cinco) dias úteis contados da celebração do CONTRATO.

## **9.DA PROPOSTA ECONÔMICA**

**9.1.** Somente as LICITANTES classificadas na etapa de qualificação das propostas técnicas terão as respectivas PROPOSTAS ECONÔMICAS analisadas.

**9.2.** A PROPOSTA ECONÔMICA deverá ser apresentada contendo os documentos e/ou informações listadas abaixo:

- (a) valor, expresso em Reais (R\$), da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA mensal a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, conforme modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL;
- (b) PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA que a CONCESSIONÁRIA desenvolverá na execução do CONTRATO, conforme as diretrizes e premissas do Anexo IV – DIRETRIZES DO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA a este EDITAL e os termos estabelecidos no Tópico 10 abaixo.
- (c) METODOLOGIA DE EXECUÇÃO que incluirá o embasamento da CONCESSIONÁRIA para elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS contendo demonstrativo e justificativas técnicas que embasarão a linha de ação da CONCESSIONÁRIA, devendo indicar também as instruções especificações, metodologias e cronogramas que descreverá a linha de ação adotada para a exploração dos SERVIÇOS, tendo por base as disposições do ANEXO III- PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER
- (d) prazo de validade da PROPOSTA ECONÔMICA, que será de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável uma vez por igual período, contados da data de entrega dos ENVELOPES; e

**9.3.** O valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA a ser ofertado pela LICITANTE, em moeda constante, estará limitado a R\$ 17.107.166,00 (dezessete milhões, cento e sete mil, cento e sessenta e seis reais), com data base de maio de 2013, nos termos do artigo 40, inciso X, da Lei de Licitações.

**9.4.** Será desclassificada a PROPOSTA ECONÔMICA que:

- (a) apresentar valores, em moeda constante na data base deste EDITAL, superiores ao valor constante do Item 9.3 acima;
- (b) deixar de observar quaisquer dos itens precedentes será desclassificada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

**9.5.** No caso de LICITANTE na forma de CONSÓRCIO, deverá ser apresentada apenas uma PROPOSTA ECONÔMICA por CONSÓRCIO.

## **10. DO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA**

**10.1.** Somente será analisado o PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA da LICITANTE cuja PROPOSTA ECONÔMICA tenha ficado em primeiro lugar.

**10.1.1.** Caso o PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA da menor CONTRATPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA não seja aceita pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO nos termos deste EDITAL, será analisado o PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA da segunda menor CONTRATPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA e assim sucessivamente.

**10.2.** O PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA incluirá, mas sem se limitar, as informações abaixo, de acordo com o especificado no Anexo IV – DIRETRIZES DO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA e as cartas e/ou declarações relacionadas:

- (a) a projeção dos valores provenientes do recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, em base anual, durante todo o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA;
- (b) os desembolsos referentes aos SERVIÇOS, destacando as parcelas de depreciação/amortização e de tributos incidentes sobre as receitas;
- (c) os desembolsos com investimentos/imobilizados necessários à aquisição de equipamentos e sistemas de controle, estabelecidos a preços e quantidades globais fixos, referentes à execução dos SERVIÇOS, conforme indicado no Anexo IV – DIRETRIZES DO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA deste EDITAL, em conformidade com as metas e padrões de desempenho indicados no CONTRATO;
- (d) a composição do capital social da CONCESSIONÁRIA, sua distribuição, parcelas e prazos de subscrição e integralização, conforme modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL;
- (e) a descrição de recursos próprios a serem aportados na CONCESSIONÁRIA pela LICITANTE, além do capital social, indicando a sua modalidade, características, prazos e garantia de sua subscrição e integralização;
- (f) a indicação do(s) financiamento(s) a ser(em) contratado(s) pela CONCESSIONÁRIA, indicando as principais características da(s) operação(ões), tais como taxas de juros, moeda, prazos de carência e amortização, vencimentos, comissões e garantias;
- (g) carta de instituição seguradora ou corretora de seguros que assessora a LICITANTE na montagem do plano de seguros, declarando que apoiará o empreendimento objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, utilizando o modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL; e
- (h) carta de empresa de auditoria independente, declarando que as projeções financeiras apresentadas estão de acordo com as normas contábeis e tributárias, utilizando modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL.

## **11. DA HABILITAÇÃO**

**11.1.** A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO será constituída dos documentos discriminados nos itens seguintes.

**11.2. Habilitação Jurídica.** Os documentos de habilitação jurídica serão constituídos de:

- |   |
|---|
| (a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no |
|---|

Edital

	órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;
(b)	Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando atividade assim o exigir;
(c)	No caso de entidades privadas de previdência complementar, comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pelo órgão fiscalizador competente, e declaração de que os planos de benefícios por elas administrados não estão em liquidação ou sob intervenção da Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social;
(d)	No caso de instituição financeira, comprovação de que está autorizada a funcionar como instituição financeira pelo Banco Central do Brasil;
(e)	Em se tratando de CONSÓRCIO, compromisso público ou particular de constituição, celebrado de acordo com os termos deste EDITAL;
(f)	Em se tratando de Fundo de Investimento em Participações – FIP: (i) Ato constitutivo com última alteração arquivada perante órgão competente; (ii) Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício; (iii) Comprovante de registro do fundo de investimento (e suas posteriores alterações, se houver); (iv) Regulamento do fundo de investimento (e suas posteriores alterações, se houver); (v) Comprovante de registro do regulamento do fundo de investimento perante o Registro de Títulos e Documentos competente; (vi) Comprovação de que o fundo de investimento encontra-se devidamente autorizado a participar da Licitação e que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da Licitação, assumindo em nome do fundo de investimento todas as obrigações e direitos que decorrem da Licitação; (vii) Comprovante de qualificação do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM; (viii) Certidão negativa de falência da administradora e gestora do fundo, expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição de sua(s) sede(s) ou domicílio(s), com data de até 60 (sessenta) dias corridos anteriores à data para recebimento da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

**11.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista.** Em relação às sociedades empresárias e entidades nacionais que participam da LICITAÇÃO, isoladamente ou em CONSÓRCIO, os documentos de regularidade fiscal e trabalhista deverão ser constituídos de:

(a)	Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF, nos moldes da Instrução Normativa nº 1.005/2010 da Receita Federal do Brasil – RFB;
(b)	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da Licitação;
(c)	Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, por meio da apresentação das seguintes certidões:

i.	Certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, relativamente aos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e à dívida ativa da União administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN; e
i.	Certidão negativa de débito da Secretaria da Receita Previdenciária emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
i.	Prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE, datada de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data inicial de recebimento dos envelopes;
i.	Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que esteja dentro do prazo de validade nele atestado;
(d)	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, conforme disposto na Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

**11.3.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista poderão ser apresentados por meio de documento original, ou documentos emitidos pela internet, de acordo com a legislação aplicável, desde que haja meios para a conferência de autenticidade por parte da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

**11.3.1.1.** Caso a LICITANTE não seja a matriz, deverão ser apresentados os documentos de regularidade fiscal e trabalhista da matriz e também da filial responsável.

**11.3.2.** Serão aceitas para os documentos relativos à regularidade fiscal certidões negativas ou certidões positivas com efeito de negativas que noticiem, em seu corpo, que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

**11.3.3.** Caso alguma certidão apresentada em conformidade com os documentos relativos à regularidade fiscal seja positiva, ou nela não esteja consignada a situação atualizada do(s) débito(s), deverá ser apresentada prova de quitação e/ou certidões que apontem a situação atualizada das ações judiciais e/ou dos procedimentos administrativos arrolados, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data inicial de recebimento dos envelopes.

**11.3.4.** Na hipótese de não haver a expedição, na localidade da sede da LICITANTE, de certidões conjuntas ou consolidadas, deverão ser apresentadas certidões segregadas, na forma da legislação aplicável, que comprovem a inexistência de débitos tributários, bem como a inexistência de inscrição de obrigações na dívida ativa da autoridade tributária local.

**11.4. Qualificação Econômico-Financeira.** Os documentos de qualificação econômico-financeira serão constituídos de:

(a)	Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial
-----	--

	expedida num prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data de apresentação da documentação exigida neste EDITAL, pelo distribuidor forense da sede ou domicílio da LICITANTE;
(b)	Compromisso de Integralização de Capital da CONCESSIONÁRIA, nos termos do modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL;
(c)	Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, e auditados por auditoria independente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
(d)	<p>PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado do CONTRATO, nos termos do artigo 31, parágrafo 3º, da Lei de Licitações, comprovação esta por meio da apresentação do balanço patrimonial do último exercício exigível, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA.</p> <p>No caso de CONSÓRCIO, o patrimônio líquido MÍNIMO observará as exigências do Item 5.6.5.9.</p> <p>No caso da participação de Entidades de Previdência Complementar, será considerado, para efeitos de verificação do patrimônio líquido, o somatório dos recursos garantidores das reservas técnicas dos Planos de Benefícios das Entidades de Previdência Complementar, constituídas de acordo com os critérios fixados pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar</p>

**11.4.1.** Entende-se por apresentados na forma da lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, conforme a seguir:

(a)	Sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Sociedades Anônimas): (i) publicados em Diário Oficial; ou (ii) publicados em jornal de grande circulação; ou (iii) por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE.
(b)	Sociedades Limitadas (Ltda.): (i) por fotocópia autenticada do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE ou em outro órgão equivalente; ou (ii) por fotocópia autenticada do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE e datados e assinados pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC; ou (iii) por documento emitido via internet do Balanço e das Demonstrações Contábeis, desde que assinados digitalmente, utilizando-se de certificado de segurança mínimo tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital, no caso da sociedade limitada ser tributada pelo lucro real, conforme legislação vigente.



**11.4.2.** Somente as LICITANTES que cumprirem os requisitos da qualificação técnica, em acordo com o disposto neste edital, terão suas PROPOSTAS ECONÔMICAS analisadas.

**11.5. Declarações.** A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá conter, ainda, as seguintes declarações:

**11.6.** Declaração da LICITANTE de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, na observância das vedações estabelecidas no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quais sejam, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL;

**11.6.1.** Declaração da LICITANTE assegurando que realizou visita, a fim de vistoria o local e as cercanias onde será implantado o CONTORNO METROPOLITANO NORTE e detém pleno conhecimento da natureza e do escopo do objeto desta LICITAÇÃO, conforme modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL;

**11.6.2.** Declaração da LICITANTE assegurando, no melhor de seu conhecimento, que as informações por ele fornecidas e o serviço por ele ofertado no âmbito da LICITAÇÃO não infringem patentes, marcas e direitos autorais, conforme modelo constante do Anexo I – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES deste EDITAL

**11.7.** Os documentos que compõem a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão estar dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e encadernados, de forma a não conter folhas soltas.

**11.8.** Os documentos relacionados nos itens “habilitação jurídica”, “regularidade fiscal” e “qualificação econômico-financeira” referem-se à sede da LICITANTE, exceção feita quando explicitamente houver, neste EDITAL ou no CONTRATO, menção em contrário.

**11.9.** Os documentos não deverão apresentar rasuras ou emendas e suas páginas deverão estar carimbadas e rubricadas pela LICITANTE.

**11.10.** Quaisquer valores que se apresentem em quaisquer dos documentos solicitados neste EDITAL, em especial, aqueles contidos no balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis, serão expressos em Reais (R\$).

**11.11.** Havendo divergência entre os valores numéricos e aqueles apresentados por extenso na documentação apresentada pela LICITANTE, prevalecerão os últimos.

- 11.12.** Toda a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO apresentada pela LICITANTE deverá estar válida no momento da entrega do Envelope 03 correspondente à DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, sob pena de inabilitação da LICITANTE.
- 11.13.** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, ou no que couber, na forma autorizada no item 11.3.1..
- 11.14.** Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.
- 11.15.** A sociedade empresária LICITANTE que possuir apenas o Certificado de Registro Cadastral Simplificado – CRCS do Cadastro Geral de Fornecedoros da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – CAGEF poderá substituir os documentos que dizem respeito à regularidade com a Fazenda Estadual da sede da sociedade empresária pelo referido Certificado, devendo apresentar obrigatoriamente o respectivo resumo da documentação apresentada (Dados da Consulta – Pessoa Jurídica), observando que, na hipótese de os documentos nele indicados estarem com os prazos vencidos, deverá apresentar outros com validade em vigor, sob pena de inabilitação da LICITANTE.
- 11.16.** A sociedade empresária LICITANTE que possuir o Certificado de Registro Cadastral Completo – CRCC do Cadastro Geral de Fornecedoros da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – CAGEF poderá substituir os documentos de habilitação fiscal, excetuando-se a Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União e o resumo da documentação apresentada (Dados da Consulta – Pessoa Jurídica), observando que, na hipótese de os documentos nele indicados estarem com prazos vencidos, deverá apresentar outros com validade em vigor, sob pena de inabilitação da LICITANTE.

## **CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO**

### **12.DA ENTREGA DAS PROPOSTAS E PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO**

- 12.1.** Envelopes. A LICITANTE deverá protocolar, na forma definida no Preâmbulo deste Edital, 03 (três) envelopes fechados e indevassáveis, a saber:
- Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E GARANTIA DE PROPOSTA;
  - Envelope 02 – PROPOSTA ECONÔMICA; e
  - Envelope 03 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

- 12.2.** A DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA deverá ser apresentada, em 03 (três) vias, sendo 01 (uma) original e 02 (duas) cópias simples, em envelope fechado e indevassável, trazendo em seu exterior a identificação da LICITANTE, o número da LICITAÇÃO e os dizeres:

<p align="center"><b>CONCORRÊNCIA N.º ...../.... – SETOP/MG</b></p> <p align="center"><b>CONCESSÃO PATROCINADA PARA A IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTOS DO CONTORNO METROPOLITANO DA RMBH – TRECHO NORTE</b></p> <p align="center"><b>(CONTORNO METROPOLITANO NORTE)</b></p> <p align="center"><b>ENVELOPE 01</b></p> <p align="center"><b>DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E GARANTIA DE PROPOSTA</b></p> <p align="center"><b>(NOME DO INTERESSADO)</b></p>
--

- 12.3.** A PROPOSTA ECONÔMICA deverá ser apresentada em 03 (três) vias, sendo 01 (uma) original e 02 (duas) cópias simples em envelope fechado e indevassável, trazendo em seu exterior a identificação da LICITANTE, o número da Licitação e os dizeres:

<p align="center"><b>CONCORRÊNCIA N.º ...../.... – SETOP/MG</b></p> <p align="center"><b>CONCESSÃO PATROCINADA PARA A IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTOS DO CONTORNO METROPOLITANO DA RMBH – TRECHO NORTE</b></p> <p align="center"><b>(CONTORNO METROPOLITANO NORTE)</b></p> <p align="center"><b>ENVELOPE 02</b></p> <p align="center"><b>PROPOSTA ECONÔMICA</b></p> <p align="center"><b>(NOME DO INTERESSADO)</b></p>
---

- 12.4.** A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverá ser apresentada em 03 (três) vias, sendo 01 (uma) original e 02 (duas) cópias simples em envelope fechado e indevassável, trazendo em seu exterior a identificação da LICITANTE, o número da Licitação e os dizeres:

<p align="center"><b>CONCORRÊNCIA N.º ...../.... – SETOP/MG</b></p>
---

**CONCESSÃO PATROCINADA PARA A IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO, OPERAÇÃO,  
MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTOS DO CONTORNO METROPOLITANO DA  
RMBH – TRECHO NORTE**

**(CONTORNO METROPOLITANO NORTE)**

**ENVELOPE 03**

**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**(NOME DO INTERESSADO)**

- 12.5.** Esta LICITAÇÃO será processada e julgada por uma COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, designada por resolução da SETOP, obedecidas as regras estabelecidas nos subitens seguintes.
- 12.6.** A LICITAÇÃO será conduzida em 03 (três) fases sucessivas: (i) análise da DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA com a abertura do Envelope 01; (ii) análise da PROPOSTA ECONÔMICA com a abertura do Envelope 02, apresentado apenas pelas LICITANTES que foram classificadas na etapa anterior; e, por fim, (iii) análise da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, com a abertura do Envelope 03 da LICITANTE que tiver sua PROPOSTA ECONÔMICA classificada em primeiro lugar e aceita pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.
- 12.7.** A DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, a PROPOSTA ECONÔMICA e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, quando abertos os respectivos envelopes entregues pelas LICITANTES, serão rubricadas pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes credenciados das LICITANTES presentes à sessão.
- 12.8.** O ato de abertura dos envelopes poderá ser assistido por qualquer pessoa, mas só poderão se manifestar os representantes das LICITANTES devidamente credenciados conforme disposto no Tópico 6 deste EDITAL, sendo vedada a interferência de assistentes ou de quaisquer outras pessoas.
- 12.9.** Em qualquer fase da LICITAÇÃO, será possível, a critério da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, o saneamento de falhas, de complementação de insuficiências e de correções de caráter formal na documentação entregue, desde que a(s) LICITANTE(S) possa(m) satisfazer as exigências dentro de 03 (três) dias úteis a contar da notificação da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.
- 12.10.** Os documentos que poderão ser juntados no prazo referido no item acima são aqueles cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente e demonstrada na data de apresentação da documentação.

**12.11.** Será facultado às LICITANTES a possibilidade de examinar a documentação apresentada pelos demais LICITANTES após a respectiva abertura dos envelopes correspondentes, mediante solicitação formal à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e agendamento com os membros da Comissão.

**12.12.** As informações, bem como toda a correspondência, documentos e textos relativos aos procedimentos da licitação, deverão ser redigidos em português.

### **13. RECEBIMENTO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**13.1.** Na sessão designada na data prevista para abertura dos envelopes, toda a DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA será rubricada pelos membros da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e pelos representantes credenciados das LICITANTES presentes.

**13.2.** A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará a DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA em sessão a ser realizada oportunamente entre os seus membros, sendo certo que a divulgação do correspondente resultado será feita às LICITANTES posteriormente, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

**13.3.** As LICITANTES que alcançarem a NOTA MÍNIMA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA estabelecida no Anexo X – CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS DAS LICITANTES deste EDITAL serão classificadas à fase de julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS.

**13.4.** Será desclassificada na fase de análise da DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA a LICITANTE:

**13.4.1.** Que não apresentar os documentos exigidos para o Envelope 01, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL;

**13.4.2.** Cujas avaliação da DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA não alcance a NOTA MÍNIMA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

**13.4.3.** Que fizer qualquer referência a preços;

**13.4.4.** Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada; e,

**13.4.5.** Cujas DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA não esteja redigida em português.

**13.5.** Da decisão que classificar ou desclassificar a LICITANTE caberá recurso, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL.

### **14. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS ECONÔMICAS**

- 14.1.** Julgados os recursos referentes à fase de análise da DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, ou decorrido o prazo para a sua interposição, sem qualquer manifestação das LICITANTES, serão designados, pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a data, a hora e o local da sessão para a abertura e julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS, por meio de publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.
- 14.2.** Serão devolvidos às LICITANTES desqualificadas na fase anterior os envelopes, inviolados, contendo a PROPOSTA ECONÔMICA e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, contra recibo que deverão firmar.
- 14.3.** Consoante publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, no local, data e hora fixados pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, em ato público, com a presença de, no mínimo, 03 (três) de seus membros e de representantes das LICITANTES qualificadas tecnicamente, devidamente credenciados, proceder-se-á à abertura dos envelopes entregues pelas LICITANTES contendo a PROPOSTA ECONÔMICA.
- 14.4.** A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO examinará as PROPOSTAS ECONÔMICAS apresentadas pelas LICITANTES, divulgando o resultado dessa etapa aos presentes, com indicação da respectiva ordem de classificação das propostas recebidas.
- 14.5.** A classificação das PROPOSTAS ECONÔMICAS obedecerá à ordem crescente dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA propostos pelas LICITANTES.
- 14.6.** Havendo empate entre duas ou mais PROPOSTAS ECONÔMICAS com idênticas condições, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio em ato público realizado pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, para o qual todas as LICITANTES serão convocados.
- 14.7.** Será desclassificada a PROPOSTA ECONÔMICA da LICITANTE:
- 14.7.1.** Que não apresentar os documentos exigidos para o Envelope 02, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL;
- 14.7.2.** Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada;
- 14.7.3.** Cujas PROPOSTAS ECONÔMICAS não estiverem totalmente expressas em Reais (R\$), ou não atender ao disposto no Anexo IV – DIRETRIZES DO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA deste EDITAL;
- 14.7.4.** Que apresentar PROPOSTA ECONÔMICA inexecutável, o que será verificado por meio da análise do PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA da proposta classificada em primeiro lugar, da efetiva capacidade financeira dos acionistas e dos terceiros indicados como aportadores dos recursos, da coerência das projeções financeiras, da viabilidade das ações previstas para a captação de recursos e da previsão e programação de ações alternativas quanto a mudanças nos parâmetros-chave, tais como volumes de tráfego e receita e taxas de juros e de retorno;

**14.7.5.** Cuja PROPOSTA ECONÔMICA não estiver redigida em português; e

**14.7.6.** Cujo valor for superior ao limite estabelecido no item 9.3.

**14.8.** Será considerada classificada para a próxima etapa a PROPOSTA ECONÔMICA que apresentar a “Menor CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA” conforme critério de julgamento previsto no Tópico 3 deste EDITAL, desde que atendidos os requisitos acima.

**14.9.** Do julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS caberá recurso, conforme previsto no Tópico 16 deste EDITAL.

**14.10.** O resultado do julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS será publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, com a respectiva ordem de classificação.

## **15. RECEBIMENTO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**15.1.** Julgados os recursos atinentes à fase de análise das PROPOSTAS ECONÔMICAS, ou decorrido o prazo para a sua interposição, sem qualquer manifestação das LICITANTES, serão designados, pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, a data, a hora e o local para a abertura e análise da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO da LICITANTE classificada em primeiro lugar na fase de julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS, por meio de publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

**15.2.** A fase de habilitação consistirá na análise da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO da LICITANTE classificada em primeiro lugar, e dos demais LICITANTES na hipótese de inabilitação da LICITANTE classificada em primeiro lugar.

**15.3.** A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO analisará a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO em sessão a ser realizada oportunamente entre os seus membros, sendo certo que a divulgação do correspondente resultado será feita às LICITANTES posteriormente, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

**15.4.** Será desclassificada na fase de análise da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO a LICITANTE:

**15.4.1.** Que não apresentar os documentos exigidos para o Envelope 03, na forma e condições estabelecidas neste EDITAL;

**15.4.2.** Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada; e

**15.4.3.** Não satisfizer a todos os requisitos estabelecidos neste EDITAL e seus anexos.

**15.5.** Se a LICITANTE classificada em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, observado o julgamento de eventuais recursos, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO abrirá o

Envelope 03 da LICITANTE classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, repetindo-se os procedimentos descritos acima.

**15.6.** Do julgamento dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO caberá recurso, conforme previsto no Tópico 16 deste EDITAL.

**15.7.** Nos termos do artigo 48, parágrafo 3º, da Lei de Licitações, caso todas as LICITANTES sejam inabilitadas, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO poderá fixar prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação, pelas LICITANTES inabilitadas, de novos documentos escoimados das causas que determinaram a desqualificação.

**15.8.** A LICITANTE detentora da melhor PROPOSTA ECONÔMICA que for declarada habilitada será considerada a vencedora do certame, e, portanto, será convocada para assinar o CONTRATO, nos termos deste EDITAL.

## **16. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**16.1.** Dos atos praticados em função da LICITAÇÃO regida por este EDITAL cabem recursos, ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, nos casos de:

**16.1.1.** Desclassificação na fase de GARANTIA DE PROPOSTA;

**16.1.2.** Julgamento da PROPOSTA ECONÔMICA;

**16.1.3.** Habilitação ou inabilitação de LICITANTE; e

**16.1.4.** Imposição de pena de advertência ou multa.

**16.2.** O prazo para interposição de recurso é de 05 (cinco) dias úteis contados do primeiro dia útil subsequente ao da intimação da decisão da qual se pretende recorrer, entendido por dia útil o dia de expediente normal na SETOP.

**16.3.** A intimação de todos os atos deliberados pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO será feita, obrigatoriamente, através de publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, exceto nos casos de julgamento das PROPOSTAS ECONÔMICAS, em que a intimação será pessoal ou por meio de correspondência registrada, assegurada vista imediata do processo a qualquer interessado.

**16.4.** Da interposição de recurso serão intimadas as demais LICITANTES, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados pela forma já estabelecida neste EDITAL.



- 16.5.** O recurso será encaminhado ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas por intermédio do órgão ou autoridade que praticou o ato recorrido, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias, ou levá-lo ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 16.6.** O prazo para o julgamento dos recursos tratados neste item é de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento pela Autoridade Superior, de que trata o Item 16.5.
- 16.7.** Do ato do Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas que determinar a anulação ou revogação da LICITAÇÃO cabe representação no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 16.8.** A representação poderá ter efeito suspensivo, desde que presentes as razões de interesse público.

## **17. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

- 17.1.** O julgamento da LICITAÇÃO será submetido à homologação do Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, que adjudicará o objeto da LICITAÇÃO à LICITANTE vencedora.
- 17.2.** A SETOP convocará, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ADJUDICATÁRIA para assinatura do CONTRATO no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento de referida correspondência.
- 17.3.** O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado pelo mesmo período, a pedido da ADJUDICATÁRIA, desde que ocorra motivo justificado para tanto, a critério da SETOP.
- 17.4.** Para fins do disposto no Item 17.1, a ADJUDICATÁRIA compromete-se a manter os termos originais de sua proposta até a data da efetiva assinatura do CONTRATO.
- 17.5.** Em até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá comprovar à SETOP que:
- 17.5.1.** Prestou as garantias previstas no CONTRATO;
  - 17.5.2.** Contratou as coberturas de seguro previstas no CONTRATO;
  - 17.5.3.** Manteve as exigências da habilitação até o momento da contratação;
  - 17.5.4.** Contrato de CONTA VINCULADA assinado;
- 17.6.** Em até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar à SETOP os documentos que comprovem que a

CONCESSIONÁRIA está constituída com as características previstas neste EDITAL, apresentando a correspondente certidão emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG e comprovante de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF.

## **18. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

**18.1.** O Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, em despacho fundamentado, poderá revogar a LICITAÇÃO por razões de interesse público e deverá anulá-la, de ofício ou por provocação de terceiros, verificada a ocorrência de qualquer ilegalidade.

## **19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**19.1.** Impugnações dos termos deste EDITAL, quanto a possíveis falhas ou irregularidades, poderá ser feita por qualquer cidadão junto à SETOP até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a entrega dos ENVELOPES.

**19.2.** Caso seja feita por LICITANTE, a impugnação poderá ser protocolada até 02 (dois) dias úteis antes da data de entrega dos ENVELOPES.

**19.3.** As impugnações deverão ser formalizadas por escrito à SETOP por meio do presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e protocolizadas no setor de protocolo da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais – CAMG, Prédio Minas, primeiro andar, respeitados os prazos acima estabelecidos.

## **CAPÍTULO III – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

### **20. CONCESSIONÁRIA**

**20.1.** A CONCESSIONÁRIA será uma SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, tendo como objeto social único a EXPLORAÇÃO da CONCESSÃO PATROCINADA e atividades correlatas e a exploração de fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS, previstas no CONTRATO, incluindo a prestação dos SERVIÇOS, com proibição expressa de praticar quaisquer atos estranhos a tais finalidades, tendo sede em um dos municípios atendidos pelo CONTORNO METROPOLITANO NORTE.

**20.1.1.** Sendo a ADJUDICATÁRIA uma empresa individual, a CONCESSIONÁRIA deverá ser uma subsidiária integral da primeira.

- 20.1.2.** Sendo a ADJUDICATÁRIA um CONSÓRCIO, a CONCESSIONÁRIA deverá ter como acionistas os integrantes do CONSÓRCIO, na proporção de sua participação no CONSÓRCIO conforme constar da PROPOSTA apresentada pela LICITANTE.
- 20.2.** A CONCESSIONÁRIA adotará o estatuto social e a composição societária que constarem da PROPOSTA.
- 20.3.** O CAPITAL SUBSCRITO da CONCESSIONÁRIA, na data de assinatura do CONTRATO, deverá ser de R\$ 284.436.000,00 (duzentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil reais), correspondente á 10% dos valores estimados dos investimentos nos 4 primeiros anos.
- 20.3.1.** O CAPITAL MÍNIMO INTEGRALIZADO da CONCESSIONÁRIA, na data de assinatura do CONTRATO, deverá corresponder a 10% (dez por cento) do CAPITAL SUBSCRITO.
- 20.3.2.** A LICITANTE assumirá compromisso de integralização de capital ao longo da CONCESSÃO PATROCINADA, conforme os termos da Carta Modelo nº 10 constante do Anexo I – MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES do EDITAL.
- 20.4.** O prazo de duração da CONCESSIONÁRIA deverá corresponder ao prazo necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações previstas no CONTRATO.
- 20.5.** O valor da participação de Fundos e/ou Fundações no capital social da CONCESSIONÁRIA não poderá superar as prescrições legais vigentes.
- 20.6.** A transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA deverá observar os termos e as condições constantes do CONTRATO.
- 20.7.** A CONCESSIONÁRIA poderá oferecer em garantia, nos contratos de financiamento, os direitos emergentes da CONCESSÃO PATROCINADA, até o limite que não comprometa a continuidade e a adequação dos SERVIÇOS, conforme estabelecido no CONTRATO.
- 20.8.** As ações correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA poderão ser dadas em garantia de financiamentos, ou como contra-garantia de operações vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do CONTRATO, desde que previamente autorizadas pelo PODER CONCEDENTE.
- 20.9.** A CONCESSIONÁRIA estará sempre vinculada a este EDITAL, à PROPOSTA apresentada e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação e regulamentação brasileira, em tudo que se referir à prestação dos SERVIÇOS e à exploração da CONCESSÃO PATROCINADA.
- 20.10.** A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.

## **21. DO CONTRATO**

- 21.1.** O CONTRATO obedecerá aos termos da minuta constante do Anexo II – MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA deste EDITAL.
- 21.2.** A lei aplicável ao CONTRATO será a brasileira, não sendo admitida qualquer menção a direito estrangeiro ou internacional, nem mesmo como meio de interpretação.
- 21.3.** A legislação brasileira aplicável será aquela em vigor na data dos atos ou fatos que vierem a ocorrer.
- 21.4.** O CONTRATO preverá mecanismo privado de resolução de disputas, conforme a Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.
- 21.5.** O CONTRATO preverá, ainda, a garantia de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA devida à CONCESSIONÁRIA, na forma estabelecida no Anexo XIII - ESTRUTURA DAS GARANTIAS OFERECIDAS PELO PODER CONCEDENTE.
- 21.6.** A SETOP providenciará a publicação do extrato do CONTRATO no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.
- 21.7.** A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, durante a vigência do CONTRATO, as condições de habilitação exigidas neste EDITAL.

## **22. DO PRAZO DA CONCESSÃO PATROCINADA**

- 22.1.** O prazo da CONCESSÃO PATROCINADA é de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por mais 05 (anos), de acordo com o quanto estipulado no artigo 5º, inciso I da Lei de PPP.

## **23. DO VALOR CONTRATUAL**

- 23.1.** O valor do CONTRATO será correspondente ao valor calculado com base na soma dos valores da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, do APORTE PÚBLICO e das receitas provenientes das TARIFAS DE PEDÁGIO indicadas, respectivamente, na PROPOSTA ECONÔMICA da LICITANTE vencedora e no PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA, a serem recebidas ao longo do prazo estipulado da CONCESSÃO PATROCINADA.

- 23.2.** Os recursos orçamentários destinados ao pagamento das despesas decorrentes desta licitação correrão por conta do crédito orçamentário [•], seus correspondentes nos anos subsequentes e suas eventuais suplementações.

#### **CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 24.1.** Os contratos que vierem a ser firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, relativamente ao desenvolvimento das atividades pertinentes à CONCESSÃO PATROCINADA, deverão ser enviados à SETOP e serão formalizados segundo as regras de Direito Privado, não tendo aqueles qualquer relação com este CONTRATO.
- 24.2.** Independente de ser a SETOP comunicada acerca da formalização de contratos pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, por força do estabelecido neste EDITAL ou no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA não poderá alegar ato ou fato decorrente desses contratos para pleitear ou reivindicar da SETOP qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.
- 24.3.** Os documentos e informações a serem disponibilizados pela SETOP às LICITANTES para consulta deverão ser considerados, para todos os fins, como meramente informativos, não assumindo a SETOP, em consequência, qualquer responsabilidade por sua correção, adequação ou suficiência.
- 24.4.** As LICITANTES poderão, até o 10º (décimo) dia útil anterior à data da entrega das propostas, requerer à SETOP informações e esclarecimentos de dúvidas sobre a LICITAÇÃO, através do e-mail: [contornometropolitano@transportes.mg.gov.br](mailto:contornometropolitano@transportes.mg.gov.br).
- 24.5.** Não sendo formulados pedidos de informações e esclarecimentos de dúvidas sobre a LICITAÇÃO até o prazo acima estabelecido, pressupõe-se que os elementos fornecidos neste EDITAL são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de propostas, não cabendo, portanto, às LICITANTES, direito a qualquer reclamação posterior.
- 24.6.** As consultas serão respondidas por escrito, e serão publicadas no sítio eletrônico <http://www.transportes.mg.gov.br>, com as informações ou esclarecimentos solicitados até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de entrega da documentação exigida neste EDITAL e seus Anexos.
- 24.7.** As consultas e respostas serão transmitidas a todos os participantes da LICITAÇÃO, e, em particular à LICITANTE consulente, serão disponibilizadas no site informado no Item 24.6 acima, sem identificação dos seus autores.
- 24.8.** Em se tratando de aditamentos, serão estes divulgados da mesma forma que se dará a divulgação do texto original deste EDITAL.

- 24.9.** Os esclarecimentos e aditamentos passarão a fazer parte integrante deste EDITAL.
- 24.10.** Durante o período compreendido entre a data de entrega da documentação exigida neste EDITAL e a data de publicação do resultado do julgamento da LICITAÇÃO, as LICITANTES não poderão entrar em contato com a SETOP para assuntos correlatos.
- 24.11.** Nesse período, a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, caso julgue necessário, convocará as LICITANTES para os esclarecimentos que se fizerem necessários à instrução do processo, dentro do permitido pelo artigo 43, parágrafo 3º da Lei de Licitações.
- 24.12.** A SETOP poderá modificar o presente EDITAL ou seus Anexos, a qualquer momento antes da abertura deste certame, quando houver incontroversa violação aos preceitos legais ou prejuízo ao interesse público nos termos da legislação vigente. Qualquer modificação neste EDITAL exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afeta a formulação das propostas.
- 24.13.** Para a apresentação da documentação exigida neste EDITAL, a LICITANTE deverá examinar, cuidadosamente, todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e outras referências mencionadas.
- 24.14.** Eventuais deficiências no atendimento aos requisitos e exigências para a apresentação da documentação exigida neste EDITAL serão consideradas de responsabilidade exclusiva da LICITANTE, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA ECONÔMICA.
- 24.15.** A LICITANTE arcará com todos os custos relacionados com a preparação e apresentação de sua documentação, não se responsabilizando a SETOP, em hipótese alguma, por tais custos, quaisquer sejam os procedimentos seguidos na LICITAÇÃO ou os resultados desta.
- 24.16.** Este EDITAL, e respectivos Anexos, se encontram à disposição de todos os interessados, gratuitamente, no sítio eletrônico <http://www.transportes.mg.gov.br>, não sendo necessária a apresentação de comprovante de sua aquisição para participação na LICITAÇÃO. Nesta hipótese, ter-se-á presumido o total e inequívoco conhecimento de todos os termos da LICITAÇÃO e da CONCESSÃO pela LICITANTE.

## **25. DOS ANEXOS AO EDITAL**

- 25.1.** Integram este EDITAL os seguintes Anexos:

ANEXO I    MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES  
ANEXO II    MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA

ANEXO III PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER  
ANEXO IV DIRETRIZES DO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA  
ANEXO V POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO  
ANEXO VI ESTUDO DE DEMANDA E ESTIMATIVA DE RECEITA  
ANEXO VII DIRETRIZES AMBIENTAIS  
ANEXO VIII QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO  
ANEXO IX PENALIDADES APLICÁVEIS À CONCESSIONÁRIA  
ANEXO X MINUTA DO CONTRATO DE CONTA VINCULADA  
ANEXO XI TERMO DE REFERÊNCIA DO PROJETO DE ENGENHARIA  
ANEXO XII ESTRUTURA DA GARANTIA DO PODER CONCEDENTE  
ANEXO XIII CRONOGRAMA DA LICITAÇÃO

**25.2.** Os Anexos integrantes deste EDITAL têm por finalidade orientar as LICITANTES no preenchimento da documentação exigida neste EDITAL.

**25.3.** Nos termos artigo 40, parágrafo 2º da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, os Anexos constituem parte integrante deste EDITAL, como se seus conteúdos nele estivessem transcritos e vinculam as LICITANTES.

Belo Horizonte, [●] de [●] de [●].